

A122613

DIVERGÊNCIAS MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO ACABARÁ COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE DAS OPERAÇÕES, QUE TRAZEM VULNERABILIDADE AO SISTEMA

# Governador recorre a Palocci para salvar o Fundap

Hartung pede edição de medida provisória para que fundo não pare de operar no Estado

RITA BRIDI

rbridi@reddegazeta.com.br

Importadores capixabas, preocupados com as diferentes interpretações que são dadas por técnicos da Receita Federal, em vários Estados, às operações de importação, querem mudanças na legislação para evitar que as posições divergentes venham a prejudicar as atividades do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), criado há 35 anos.

A reivindicação dos importadores chegou ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em uma carta do governador Paulo Hartung, que foi entregue pelo deputado federal Renato Casagrande na última quinta-feira. Na carta, o governador pede a edição de uma medida provisória (MP) para corrigir as falhas no texto da legislação, que dão margem às interpretações divergentes por parte dos técnicos da Receita Federal.

O ministro recebeu a solicitação e garantiu a Casagrande que a mudança será feita o mais rápido possível. A promessa de Palocci é agregar a mudança na próxima medida provisória que será editada. Pode entrar, inclusive na MP 252, da Super Receita, caso seja alterada no Senado e tenha que ser novamente apreciada pela Câmara dos Deputados.

do país, além de fortalecer o sistema Fundap. O parlamentar lembrou que, na audiência com o ministro, estava presente um técnico da Receita Federal, que avaliou como correta a reivindicação dos importadores capixabas.

**Conceitos.** Na carta ao ministro Palocci, Hartung sugere que seja alterado o texto da MP 2.158-36, de agosto de 2001, que criou a importação por conta e ordem de terceiros e introduziu nas operações os conceitos de pessoa jurídica importadora e adquirente. Estas alterações, aparentemente simples, na prática resultaram em grande dor de cabeça para os importadores, por conta de interpretações diferentes sobre a documentação emitida.

A MP, segundo o presidente da Cotia Trading, Eduardo Mangabeira Albernaz, dá margem a interpretações diferentes que resultam em confusões na classificação da natureza da operação. A divergência de opiniões entre os técnicos da Receita Federal, resulta em lentidão na liberação de mercadorias, autos de infração, atraso nas entregas e aumento de custos.

Estes problemas, destaca Mangabeira, colocam o sistema Fundap em risco e resultam em constrangimento para os importadores. A mudança proposta por Hartung, mostra o que é uma operação própria e operação por conta e ordem de terceiros, de forma inequívoca, pondera.

O presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação (Sindiex), Severiano Alvarenga Imperial, lembra que hoje, cerca de 70% das operações, são feitas pelo sistema de conta própria. "O que está faltando é

## Entenda a situação

O Governo do Estado está pedindo ao Governo federal que edite uma medida provisória para blindar o Fundap. Veja como

O objetivo é tornar clara e transparente a definição da operação de importação própria e da importação por conta e ordem de terceiros

Os argumentos são de que a falta de clareza na definição dos conceitos está gerando dúvidas na classificação da natureza da operação por parte da Receita Federal

As maneiras diferentes de interpretação geram resultam na lentidão na liberação das mercadorias importadas, geram autos de infração, atraso nas entregas das mercadorias e aumento de custo

As divergências na classificação das operações começaram a surgir em meados de 2001, depois que foi criada a importação por conta e ordem de terceiros, que introduziu os conceitos de pessoa jurídica importadora e adquirente

Até 2001, antes da edição da MP 2.158-35, todas as operações de importação realizadas pelas empresas registradas no Fundap passavam pela aquisição de mercadorias no exterior para posterior venda no mercado interno

A propriedade da mercadoria era transferida do fornecedor estrangeiro para a empresa comercial importadora sediada no Estado, integrava seu estoque e, posteriormente, era transferida ao

### Por dentro do Fundap

O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias, o Fundap, foi criado em 1971, para estimular o comércio exterior no Espírito Santo. É um incentivo financeiro que só existe no Estado.

### Funcionamento

A alíquota de importação de ICMS atualmente é de 12%. Esse imposto é cobrado no Espírito Santo Desses 12%, três pontos percentuais são repassados para os municípios e um ponto fica com o Governo do Estado Os outros oito pontos percentuais são devolvidos para as empresas importadoras que operam no sistema Fundap, em forma de financiamento

### Dívida

O financiamento é feito pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, o Bandes, e é pago em 25 anos A dívida pode ser quitada

“Não dá para misturar com o passado”

“Não dá para misturar o Fundap com o passado de desgoverno, de corrupção, de crime organizado. Estamos com regras claras e nestes três anos de governo, o Fundap multiplicou por três suas operações”. A declaração é do governador Paulo Hartung, na defesa da continuidade do fundo que há mais de 30 anos desempenha o importante papel de estímulo ao desenvolvimento do Espírito Santo. Vários outros Estados, lembra Hartung, possuem seus instrumentos de desenvolvimento e atacam os dos outros.

A proposta enviada ao ministro Palocci, sugerida pelo sindicato que representa os importadores e encampada pelo governador, “é esclarecedora e uma demonstração de que queremos fazer as coisas bem feitas”, ressaltou.

Além da receita que o sistema Fundap gera para os municípios – eles recebem 25% do total do ICMS arrecadado – parte do dinheiro gerado com as operações de importação alimenta o Fundapsocial, que sustenta o programa estadual de microcrédito, o Nossocredito.

Os repasses ao Fundapsocial já somam R\$ 9,3 milhões e os financiamentos aos microempreendedores formais e informais geram emprego e renda para a faixa mais carente da população em vários municípios do Estado.

O dinheiro do Fundap financiou também projetos de grande porte, principalmente em Vila Velha, como fábrica de cabos da Pirelli, a Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV), além de armazéns alfandegados. Em Cariacica, foram construídos, com recursos do Fundap, as estações aduaneiras de interior, que armazenam, principalmente as mercadorias importadas.

Municípios precisam desses recursos



da Receita Federal.

O ministro recebeu a solicitação e garantiu a Casagrande que a mudança será feita o mais rápido possível. A promessa de Palocci é agregar a mudança na próxima medida provisória que será editada. Pode entrar, inclusive na MP 252, da Super Receita, caso seja alterada no Senado e tenha que ser novamente apreciada pela Câmara dos Deputados.

A proposta de Hartung, lembrou Casagrande, dará estabilidade às operações de comércio internacional e atenderá a todas as tradings

ra os importadores. A mudança proposta por Hartung, mostra o que é uma operação própria e operação por conta e ordem de terceiros, de forma inequívoca, pondera.

O presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação (Sindiex), Severiano Alvarenga Imperial, lembra que hoje, cerca de 70% das operações, são feitas pelo sistema de conta própria. "O que está faltando é blindar o Fundap para que as empresas tenham tranquilidade e credibilidade para fazer suas operações", destaca o dirigente do Sindiex.

ordem de terceiros, que introduziu os conceitos de pessoa jurídica importadora e adquirente

Até 2001, antes da edição da MP 2.158-35, todas as operações de importação realizadas pelas empresas registradas no Fundap passavam pela aquisição de mercadorias no exterior para posterior venda no mercado interno

A propriedade da mercadoria era transferida do fornecedor estrangeiro para a empresa comercial importadora sediada no Estado, integrava seu estoque e, posteriormente, era transferida ao comprador por meio de nota fiscal de venda

A partir da edição da MP, a propriedade da mercadoria importada passou a ser transferida diretamente do fornecedor estrangeiro para o adquirente. Após a nacionalização da mercadoria, ela é transferida aos adquirentes por meio de nota fiscal de transferência

Os adquirentes de mercadorias importadas por sua conta e ordem ficaram equiparados a industriais para efeito de contribuição do IPI

percentuais são repassados para os municípios e um ponto fica com o Governo do Estado  
Os outros oito pontos percentuais são devolvidos para as empresas importadoras que operam no sistema Fundap, em forma de financiamento

#### Dívida

O financiamento é feito pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, o Bades, e é pago em 25 anos  
A dívida pode ser quitada pelas empresas nos leilões do Bades, com deságio de 85%

#### Sistema

No Espírito Santo, mais de 300 empresas operam em função do complexo portuário do Estado  
Essas empresas geram mais de 6 mil empregos, com destaque para as de logística (2 mil empregos) e as fundapeanas (2,4 mil empregos)



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

(CPVV), além de armazéns alfandegados. Em Cariacica, foram construídos, com recursos do Fundap, as estações aduaneiras de interior, que armazenam, principalmente as mercadorias importadas.

## Municípios precisam desses recursos

O Fundap como projeto de desenvolvimento regional é importante para todos os municípios do Estado, avalia o prefeito de Vitória, João Carlos Coser. "Hoje, o dinheiro para os investimentos em, praticamente, todos os municípios é fruto da arrecadação do Fundap", destaca.

Para se ter idéia da importância desta receita na economia dos municípios capixabas, pode-se citar Vitória, que está entre as cidades com maior arrecadação. Dos R\$ 140 milhões que serão investidos na cidade no próximo ano, 50% virão do Fundap, ressalta Coser.

O dinheiro do Fundap, explica o prefeito, é utilizado para investimento na área social e em infra-estrutura. Escolas, postos de saúde, estradas e pontes em muitos municípios, explica, são construídos com a receita do Fundap.

"Se o sistema for comprometido, muitos municípios terão dificuldades de manter o programa de investimento", enfatiza Coser. O prefeito disse que participará de reuniões, que serão realizadas nos próximos dias, com prefeitos de outras cidades para debater a importância do Fundap e fazer gestões junto ao ministro Palocci, para que seja editada a medida provisória com as alterações sugeridas pelo governador Paulo Hartung.

Em 2004, os quatro maiores municípios do Estado - Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica receberam como parte do ICMS gerado pelo Fundap, cerca de R\$ 147 milhões. Os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), feitos pela União para estes municípios, no mesmo período, somaram R\$ 102,5 milhões. A arrecadação total do ICMS do fundap, no ano passado foi de R\$ 1,2 bilhão. Neste ano deve fechar na casa dos R\$ 1,4 bilhão.